

Servo de dois amos

INVESTIGAÇÃO Paulo Guedes é suspeito de ser sócio oculto de empresas e de lotear cargos públicos por interesses privados

POR ANDRE BARROCAL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, volta de férias na segunda-feira 13 e logo fará as malas de novo. Entre os dias 21 e 24 estará em Davos, na Suíça, para o convésco-te anual da elite global. Essa turma evi-tou o Brasil em 2019. O fluxo cambial no País ficou negativo em 44 bilhões de dó-lares, um recorde. A Bolsa atingiu níve-is inéditos, graças à queda dos juros bá-sicos do Banco Central, não ao crescimen-to do PIB, mas os gringos escaparam de-la. Não importa. Guedes deve se sentir em casa nos Alpes suíços, ele que enri-queceu no “mercado”, sócio de empre-sas e fundos. No governo, sua gestão é do

jeito que o diabo financeiro gosta. “É um infiltrado na máquina pública. Fez uma aliança com o capital e tem desenvolvi-do políticas públicas para essas alianças que construiu em seus negócios priva-dos durante a vida”, afirma o deputado Paulo Ramos, do PDT do Rio de Janeiro.

Veterano da Assembleia Constituinte, Ramos, de 77 anos, colocou Guedes na mira, por considerá-lo o pilar de sus-tentação de Jair Bolsonaro. Ao longo de 2019, vasculhou a Junta Comercial do Rio, foi atrás de uma investiga-ção do Ministério Público Federal so-bre fundos de pensão, reuniu repor-tagens e terminou o ano com um pre-sente natalino para o ministro. Pediu

à Procuradoria-Geral da República, que remeteu o caso à Procuradoria no Distrito Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública uma investigação sobre o “Posto Ipiranga”, a fim de provar que o minis-tro é sócio oculto de empresas e fundos beneficiados por decisões do governo. Promete acionar o Supremo Tribunal Federal também, quando a corte voltar de férias em fevereiro.

Guedes seria um caso para a Lei de Conflito de Interesses, a 12.813, de 2013. O ministro, segundo a denúncia de Ramos, “integra, seja como admi-nistrador ou sócio – inclusive possivel-mente oculto – uma vasta rede composta por bancos e fundos de investimentos” que “possuem íntimas relações com en-tes estatais de mesmo gênero, notada-mente o BNDES”. Ao examinar dados de empresas às quais Guedes era, ou é, liga-do, o deputado identificou uma “curiosa coincidência”: outros sócios ou cotistas “se revezam não apenas na mesma so-ciedade, como também em várias outras, coligadas ou não, formando uma espécie de teia societária”, a fim de “ocultar seu verdadeiro controlador”. Tradução: la-ranjal. Mais: “tudo aponta” que Guedes,



Rastro. O deputado Paulo Ramos, do PDT, quer entender melhor os negócios e as motivações do ministro

MICHEL JESUS/CÂMARA DOS DEPUTADOS E CARL DE SOUZA/AFP



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 44

Censura. Desembargador
carioca manda suspender
especial do Porta dos Fundos



Seu País



após aderir à campanha de Bolsonaro, comandou “uma série de reestruturações societárias nas empresas, fundos e todo tipo de investimento em que tivesse participação, a fim de se ocultar”.

Ramos tentou aproveitar a CPI do BNDES, que funcionou em 2019 na Câmara, para saber mais sobre os negócios do ministro. E esbarrou no presidente do banco. Compreensível. Gustavo Montezano é homem de Guedes. Antes de assumir o BNDES, era secretário-especial-adjunto do ministro para privatizações. Seu pai, Roberto, trabalhou em priscas eras com Guedes no Instituto

Brasileiro de Mercado de Capitais, o Ibmecc, criado pelo ministro. Em agosto de 2019, a CPI pediu a Montezano informação sobre os financiamentos do banco a empresas e fundos nos quais houvesse digitais de Guedes. A resposta, segundo Ramos, chegou quando a CPI tinha terminado. Não citava empresas, só setores. E continha uma incomum recomendação: manter tudo em sigilo. O deputado nunca conseguiu uma cópia do documento, pode apenas olhar e fazer anotações.

Montezano passou por outra cria de Guedes, o BTG Pactual. Foi sócio e diretor do banco de 2008 até entrar no

Relações. Daniella Consentino e Gustavo Montezano, ex-funcionários de Guedes, ganharam cargos no governo. Eli Horn, bilionário paulista, frequenta o ministério e teria ligações com a milícia bolsonarista

governo, em 2019. O BTG tem tido, digamos, sorte no atual governo. No segundo trimestre de 2019, lucrou 56% a mais, 970 milhões de reais. No terceiro, 71% a mais, 1 bilhão. Puderam. Ajudou uma empresa Suíça a arrematar os aeroportos de Vitória (ES) e de Macaé (RJ), repassados pelo governo ao setor privado, por exemplo. Idem no caso da venda de um



gasoduto no Amazonas. Parece que valeu a pena um dos sócios do banco, André Esteves, esforçar-se para estar na ala *vip* na posse de Guedes, de quem havia sido estagiário. Em janeiro de 2019, Esteves tinha acabado de voltar à ativa no BTG, após ser inocentado por falta de provas em um caso da Operação Lava Jato que o levava à cadeia em 2015.

O BTG deve ter ficado feliz com uma decisão de dezembro do ministério de Guedes. O órgão anunciou os vencedores de um processo seletivo de escolha de empresas que, em troca do acesso aos valiosos dados pessoais de 1,2 milhão de servidores federais, aposentados incluídos, arranjam descontos para o funcionalismo em compras de bens e serviços. A seleção foi acusada de “práticas imorais” por uma empresa competitiva, a Markt, autora de uma ação judicial, e sofreu uma tentativa de impugnação por parte da federação dos policiais federais, conforme revelado pelo site de *CartaCapital* em setembro. Em uma audiência pública com deputados, a federação fez coro à suspeita de que tudo foi feito para favorecer o BTG. Uma das concorrentes da seleção era uma *star-tup* na qual o banco havia decidido botar fé, a Allya, semanas antes do anúncio do processo seletivo. A Allya foi, de fato, escolhida.

A exemplo do próprio “Posto Ipiranga”, Montezano é egresso do setor privado. Entrou no governo graças ao ministro e, um dia, provavelmente voltará aos negócios privados cheio de informações. É o tipo de situação descrita pelo economista americano Joseph Stiglitz como “porta giratória”, aquele vai e vem de profissionais entre cargos públicos e privados, que configuraria uma espécie de... deixa pra lá. Um caso similar é citado por Ramos na denúncia contra Guedes. É o do engenheiro Eudes de Gouveia Varela, de 66 anos. Este foi sócio de Guedes em uma

empresa que não chegou a iniciar as atividades, o Centro de Estudos e Pesquisas Minerais Capitão Felizardo. Varela foi nomeado por Guedes para o conselho de administração de duas estatais, o Banco do Nordeste e a Embrapa.

O deputado não mencionou, mas podia, Daniella Marques Consentino. Aos 40 anos, ela é formada em administração de empresas e trabalhou com Guedes no setor privado por uma década. Desde o início de 2019, é chefe da assessoria especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia. É uma das figuras mais próximas e da maior confiança do “Posto Ipiranga”. Acompanha-o em reuniões, eventos e audiências públicas no Congresso. Uma dessas audiências, em abril de 2019, terminou em confusão depois que o deputado Zeca Dirceu, do PT do Paraná, disse que Guedes era “tchutchuca” com banqueiros e “tigrão” com os pobres”, e o ministro devolveu: “Tchutchuca é a mãe, é a avó”. Consentino aconselhou o chefe a ir embora e foi detida por alguns instantes pela polícia legislativa, acusada de agressão pela deputada Maria do Rosário, do PT gaúcho.

Até a quarta-feira 8, a assessora constava nos registros da Receita Federal como diretora da empresa Mercatto A2 Participações e como representante legal da Crescera Investimentos em outra empresa, a BP Venture Capital. A Crescera é o nome atual da Bozano Investimentos, empresa da qual Guedes era sócio (ainda seria, de forma oculta?) até entrar no

O ministro é alvo de investigações por fraudes cometidas contra fundos de pensão. Familiares e sócios estão na mira em outros processos

governo. A lei dos servidores, a 8.112, de 1990, proíbe-os de “participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário”. Um veto destinado a evitar que um funcionário público defenda, no governo, interesses particulares. Consentino diz ter saído de todas as empresas antes de ingressar no ministério e que deve ter havido alguma falha de atualização cadastral.

Em 22 de abril de 2019, ela reuniu-se no ministério com um dos sócios da Crescera, e, portanto, seu chefe quando ela era representante legal da empresa na BP Venture Capital, o bilionário Elie Horn. Em seguida, com dirigentes de uma filantrópica criada pelo empresário, o Instituto Liberta, de combate ao abuso sexual infantil. Teriam sido reuniões sobre o programa de incentivo ao voluntariado que o governo lançaria dali a alguns meses. Horn e a Liberta são nomes que correm na CPI das Fake News. Chegou a integrantes da comissão a informação de que o bilionário teria sugerido usar o Liberta como canal de financiamento das milícias digitais bolsonaristas na eleição. Grana empresarial entraria no instituto e este contrataria uma agência de *marketing*, a Cucumber, para pagar o submundo na internet. A agência é da esposa do secretário de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajngarten, de origem judia, como Horn. Será que Guedes, rico e experiente em arquitetura financeira, teria auxiliado a financiar essas milícias? É uma dúvida de Ramos.

Consentino foi convocada a depor em novembro de 2018 pelo Ministério Público em Brasília em uma investigação aberta um mês antes contra o “Posto Ipiranga” por suspeita de fraude em investimentos em educação feitos por um fundo do ministro, o BR Educacional, com dinheiro obtido em fundações de pensão estatais. É uma apura-

Seu País

Em família. Gustavo Guedes, irmão do ministro, assumiu a culpa em um processo da CVM. E também é investigado na Operação Greenfield

ção no âmbito da Operação Greenfield, uma das cumbucas em que Ramos meteu a mão. Começou com seu conteúdo tornado público pelo chefe da força-tarefa da Greenfield, o procurador Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, mas depois se tornou sigilosa, a pedido do procurador Henrique de Sá Valadão, atual responsável pelo caso.

Gustavo Guedes, irmão do ministro, também é investigado pela Greenfield e chegou a depor. Contou, conforme relatado por *CartaCapital*, que o investimento suspeito foi idealizado para ajudar as Organizações Globo, o que talvez explique por que o inquérito agora corre em segredo. Gustavo mostra como a biosfera do irmão é, digamos, tóxica. Em 2007, ele foi condenado pela Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, “xerife” do mercado acionário, por uso de informação privilegiada. Em 1999, a família Guedes era sócia em um fundo, o JPG, que decidira comprar ações de uma empresa, a Cambuci, depois que um analista a serviço do fundo descobriu que a companhia renegociaria dívidas bancárias. Paulo Guedes só não foi condenado por Gustavo ter dito à CVM que tinha feito tudo sozinho. A punição não doeu. Uma advertência, apenas.

Outra sociedade dos irmãos, o fundo GPG, beneficiou-se de coisa mais pesada. Fraudes e ilícitos. É o que diz uma sentença de julho de 2018 do juiz Tiago Pereira Macaciel, da 5ª Vara Criminal do Rio. O fundo ganhou cerca de 600 mil reais graças a um prejuízo imposto ao fundo de pensão dos funcionários do BNDES, o Fapes, por uma corretora, a Dimarco, que, em 2004, intermediaria negócios feitos com dinheiro das duas



partes, em operações conhecidas como *day trade*. Macaciel condenou dirigentes da corretora, hoje extinta, a quatro anos de prisão, por gestão fraudulenta. Esse episódio é citado na portaria da força-tarefa da Greenfield, que abriu a investigação contra os irmãos Guedes. A propósito: a irmã deles, Elizabeth, comanda desde abril de 2019 a associação das universidades particulares. Os filiados da Anup beneficiam-se de dinheiro da Caixa Econômica Federal nas bolsas do Fies e do ProUni. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, está no cargo por escolha de Guedes.

Dois meses antes da sentença do juiz Macaciel, a biosfera do ministro tinha sido atingida por outra operação, a

Câmbio, Desligo, que desbaratou uma megarrede ilegal de doleiros. Um dos presos, Oswaldo Prado Sanchez, era colaborador antigo de um bilionário, Julio Bozano, de quem Guedes foi sócio (ainda seria, de forma oculta?) na Bozano Investimentos até chegar ao governo. Foi denunciado pelo Ministério Público à Justiça fluminense por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa. Fechou uma delação, sobre a qual não se sabe nada. Sanchez fornecia dólares ao esquema, obtidos inclusive em contas pessoais de Julio Bozano. Este estava fora do “mercado” desde 2000, por causa de fraudes financeiras descobertas pelo Banco Central. O BC queria banir o bilionário do sistema financeiro. Ele recolheu-se por um tempo. Voltou à praça em 2013, em sociedade com Paulo Guedes, na Bozano Investimentos, hoje rebatizada de Crescera.

Internamente, Guedes diz ter se afastado de todos os seus negócios antes de assumir o cargo. *CartaCapital* questionou-o, via assessoria de imprensa, sobre as acusações do deputado Ramos, mas não obteve resposta até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 9. •

O deputado Ramos quer saber se Guedes tem relação com o financiamento das milícias bolsonaristas nas redes sociais